

UNITED NATIONS

United Nations Transitional Administration
in East Timor



UNTAET

NATIONS UNIES

Administration Transitoire des Nations Unies
au Timor Oriental

UNTAET/REG/2000/3
14 de Janeiro de 2000

REGULAMENTO NO. 2000/3

SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UMA COMISSAO DO SERVICO PUBLICO

O Representante Especial do Secretário-Geral (daqui em diante: o Administrador do Governo Transitório),

Conforme autorizado pela Resolução No. 1272 (1999) de 25 de Outubro de 1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

Considerando o Regulamento da Administração do Governo Transitório das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) de 1999/1 de 25 de Novembro 1999 sob a autoridade da Administração do Governo Transitório em Timor Leste,

Após a consulta ao Conselho Consultivo Nacional,

Com o propósito de facilitar o estabelecimento de um sistema de administração dos serviços públicos em Timor Leste,

Promulga-se o seguinte:

Artigo 1

A Comissão do Serviço Público

1.1 Uma Comissão do Serviço Público (daqui em diante : a Comissão) fica estabelecida. A Comissão fica encarregada de supervisionar o funcionamento da Administração de Timor Leste. Será independente no exercício das suas funções. O Administrador do Governo Transitório deve consultar a Comissão sobre as matérias relacionadas com o Serviço Público de Timor Leste.

1.1.1 A Comissão:

(a) Formula as políticas privadas e as linhas de orientação, incluindo as que estão relacionadas com o recrutamento, nomeações e promoções; salários, benefícios, pensões e outros **termos de funcionalismo**; procedimento e sanções disciplinares; e os direitos e os deveres dos funcionários públicos e outros funcionários dos agentes públicos, para serem incorporados num futuro estatuto do funcionário do serviço público;

(b) **Pendendo** o estabelecimento dos procedimentos judiciais para ouvir casos sobre trabalho e administração, a Comissão terá que ser arbitrária em tais disputas;

(c) Uma vez que os serviços públicos de Timor Leste forem plenamente operacionadas, ela supervisionará a implementação dos procedimentos já em acordo, despachos administrativos e as linhas de orientação; promover um ambiente ético no serviço da administração; e controlar todo o arranjo dos departamentos e agentes públicos.

1.2 Baseado nas recomendações dos painéis do recrutamento das repartições e da Repartição Central do Recrutamento de personalidades, será em primeiro lugar a função da Comissão em recomendar os oficiais qualificados para os serviços públicos de Timor Leste, para cargo de Administrador do Governo Transitório. Os painéis de recrutamento serão compostos por representantes do respectivo departamento e pela Repartição Central do Recrutamento de Personalidades, seleccionadas conforme as linhas de orientação a serem traçadas pela Comissão.

1.3 No respeitante ao cargo de oficiais de mais alta superioridade (Grau cinco), excepto os que separadamente se proveem a subsistência de nos regulamentos do cargo do governo para a judicatura, para cada posto a Comissão deve preparar uma lista curta de candidatos, a serem nomeados pelo Administrador do Governo Transitório.

Artigo 2 Composição e termos da Repartição

2.1 A comissão será composta de sete (7) membros, a serem nomeados pelo Administrador do Governo Transitório. Pelo menos dois (2) deles deverão ser especialistas internacionais. Os restantes serão indicados pelo Administrador após as consultas aos representantes do Povo de Timor Leste, através do Conselho Consultivo Nacional estabelecido sob o Regulamento da UNTAET No. 1999/2. O presidente será indicado pelo Administrador do Governo Transitório.

2.2 No âmbito de um ano do seu estabelecimento, a composição da Comissão submeter-se-á a adaptação com fim a incluir um representante dos funcionários do serviço público.

2.3 O prazo inicial dos membros da Comissão será de seis (6) meses contada a partir da data da nomeação. Este prazo pode vir a ser renovado. A função de membro da Comissão virá a terminar na suposição da alta repartição de assuntos políticos ou o emprego dos serviços públicos de Timor Leste.

Artigo 3

O Grupo de Trabalho da Comissao

Em ordem a aperfeicoar as suas habilidades em responder as questoes que requerem um estudo profundo e um perito conselho, apos a consulta ao Administrador do Governo Transitorio, a Comissao deve estabelecer ad hoc os grupos de trabalho em diferentes sectores do servico publico (em diante: trabalhos de grupo), a nao ser nas areas ministradas pela Comissao do Servico Judicial do Governo Transitorio. Os membros dos grupos de trabalhos deve abranger ambos os timorenses como os especialistas internacionais nas areas em relevancia.

Artigo 4

Contabilidade

4.1 A Comissao devera submeter-se, sob uma base quaternaria, a um relatorio compreensivo das suas actividades ao Administrador do Governo Transitorio. Este relatorio devera ser apresentada ao Conselho Consultivo Nacional em ambas formas tanto verbais como escritas. Sera tambem necessario publicar um relatorio annual, revendo os arranjos dos servicos publicos durante o anterior calendario do ano e efectuar recomendacoes para as possiveis transformacoes.

4.2 A Comissao devera periodicamente se encontrar com o Administrados do Governo Transitorio, com fim a trocar impressoes sobre o mais alto grau de importancia das questoes para o bom funcionamento dos servicos publicos.

Artigo 5

Seccoes da Comissao

5.1 A Comissao devera, quando possivel, tomar as decisoes em consenso.

5.2 As reunioes da Comissao deve adquirir um quorum de cinco (5) membros incluido o presidente ou, na ausencia do presidente, um nomeado vice-presidente.

5.3 O presidente deve convocar sessoes da Comissao quando necessario for, mas nao menos de uma vez por mes. As sessoes extraordinarias com fim a tratar das questoes especificas da importancia e urgencia devem ser convocadas na peticao ao Administrador do Governo Transitorio.

Artigo 6

Apoios Tecnicos e Remuneracoes

6.1 O Administrador do Governo Transitorio deve proporcionar apoios do fundo e tecnico necessarios para a Comissao.

6.2 Os membros da Comissao devem receber remuneracoes em forma de gratificacao, num grau a ser estabelecido pelo Administrador do Governo Transitorio.

Artigo 7
Juramento ou Declaracao Solene

7.1 Perante a nomeacao, o Administrador do Governo Transitorio acolhera em seguida o juramento dos membros da Comissao.

“Juro ou declaro pela minha honra que comprometendo-me nesta funcao que me e confiada como membro da Comissao dos Servicos Publicos, terei que cumprir independente e neutro os meus deveres. Hei-de actuar, em todas as ocasioes, de acordo com a dignidade preferida no exercicio deste cargo.

Comprometendo-me nesta minha funcao, actuarei, sujeitando-me a lei, sem discriminacao em qualquer plano de servico tal como o sexo, a raca, a cor, a lingua, a religiao, a opiniao politica ou outra, a origem nacional ou social, a associacao com uma minoria da nacao, propriedade, nascenca ou qualquer outro estado.”

7.2 Perante o termino do juramento supracitado, cada membro da Comissao deve assinar uma declaracao escrita do juramento, que vai ser adiantada pela reparticao do Administrador do Governo Transitorio.

Artigo 8
Transferencia de membros da Comissao para fora da reparticao

8.1 Caso, em qualquer oportunidade, o Administrador do Governo Transitorio vier a ter a consciencia evidente de que algo dos membros da Comissao tiver cometido a falta contra os principios supracitados ou tiver violado o juramento, o Administrador do Governo Transitorio deve transferir tal membro para fora da reparticao e nomear um substituto, de acordo com o presente regulamento.

8.2 Em caso de incapacabilidade, resignacao ou falecimento de um membro, o Administrador do Governo Transitorio deve nomear um novo membro para a comissao, de acordo com o presente regulamento.

Artigo 9
Aprovacao da lista da Codigo etico e linhas de orientacao

A Comissao submeter-se-a, no prazo de tres (3) meses a partir da nomeacao como membro em inicio, a uma lista de Codigo etico, Linhas de orientacao do recrutamento e linhas de orientacao para as posturas disciplinares dos funcionarios nos servicos publicos de Timor Leste ao Administrador do Governo Transitorio para ser aprovado.

Artigo 10
Entrada em vigor

O presente regulamento estara em vigor no dia 20 de Janeiro de 2000

Sérgio Vieira de Mello
Administrador Transitório